

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

ABRIL JUNHO 1993 • BRASÍLIA • ANO 30 • Nº 118



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

Chefe do Departamento de História da Universidade de Brasília. PhD pela Universidade de Birmingham, Inglaterra

SUMÁRIO

1. Um novo discurso na origem da política africana do Brasil. O contexto da "Política Externa Independente" (1961-1964). 2. As ilusões engendradas pelo discurso culturalista sobre a África. 3. Usos, sentidos e críticas. A desconstrução do discurso culturalista (de 1964 aos nossos dias). 4. Conclusão. Uma avaliação do discurso culturalista.

O objetivo deste texto é o de mostrar que, ao lado da formulação da política africana do Brasil (1961-hoje), foi construído um discurso para consumo interno e externo que visava apresentar a nova política como uma conseqüência natural dos séculos de contatos do Brasil com a África. Esse discurso, aqui definido como "culturalista", esprou-se através da política externa do Brasil para a África ao longo dessas décadas. Além disso, ele construiu ilusões e ações que tornaram a política africana do Brasil um capítulo especial e distinto das demais políticas externas brasileiras.

O texto está dividido em quatro partes. A primeira explora o próprio nascimento da política africana e do discurso culturalista. A segunda discute os conteúdos desse discurso e as ilusões engendradas por ele. A

terceira mostra as diferentes acepções e usos do discurso culturalista ao longo das décadas em estudo, além da desconstrução do mesmo feita por setores marginais à diplomacia brasileira. Finalmente, na quarta parte, faz-se uma avaliação do discurso culturalista em suas vinculações com o universo dos interesses que o produziram.

1. *Um novo discurso na origem da política africana do Brasil. O contexto da "Política Externa Independente" (1961-1964)*

A "Política Externa Independente", iniciada pelo Presidente Jânio Quadros em 1961 (que governou de 1.º de fevereiro até 25 de agosto do mesmo ano) e continuada pelo Presidente João Goulart até março de 1964, foi lançada em um dramático período de redefinição do Estado brasileiro e de suas possibilidades de ação no sistema internacional. Essas redefinições levaram o País a tentar escapar de uma automática aliança com o Ocidente, particularmente com o centro hegemônico, os Estados Unidos. Foi essa a primeira clara tentativa de redefinição em toda história da política exterior brasileira do pós-guerra. Ela também trouxe uma significativa consequência para as relações do Brasil com o mundo afro-asiático, em especial a África. Na verdade, foi nesse período que nasceu a chamada política africana do Brasil.

A reversão da política exterior brasileira, em janeiro de 1961, pode ser sintomaticamente exemplificada por um incidente. Horas antes de tomar posse como Presidente, Quadros anunciou que o barco português *Santa Maria*, que havia sido seqüestrado pelos oponentes do regime salazarista, poderia desembarcar no porto brasileiro de Recife. Quadros ficou famoso por sua habilidade no uso de gestos dramáticos para obter resultados políticos. O incidente com o *Santa Maria* serviu para que ele sinalizasse a reversão da política externa seguida pelo Presidente Kubitschek em relação a Lisboa.

Como tais mudanças radicais podem ser explicadas? Embora não seja o objetivo central deste texto, deve ser lembrado que Quadros esteve pessoalmente envolvido na reformulação da política exterior de Kubitschek. Parte da explicação pode ser encontrada na importância que atribuiu Quadros ao cortejo das opiniões públicas nacionalistas e esquerdistas. Outra parte pode ser identificada na ambição de ampliação dos poderes presidenciais via uma ativa e mais autônoma política externa. Mas certamente a Política Externa Independente não foi só uma ambição de um presidente com "sonhos de poder".

Ao contrário, a nova política externa foi apoiada por setores influentes da sociedade brasileira e não ficou confinada à área esquerdista do espectro político do País. Diplomatas brasileiros como Bezerra de Menezes, Oswaldo

Aranha e Alvaro Lins, os quais haviam antes advogado uma política africana, e políticos como Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas, ambos participantes da própria formulação da "Política Externa Independente", nunca proferiram nenhum ataque radical contra a ordem capitalista ocidental. Mesmo durante a campanha eleitoral que levou o Presidente Quadros à vitória em 1960, seu oponente Marechal H. T. Lott, defendeu uma revisão da política exterior, em especial com os Estados Unidos¹.

Ao mesmo tempo, a "Política Externa Independente" não terminou com a renúncia de Quadros. Continuou com o Presidente João Goulart até março de 1964 e teve corolários mesmo durante o primeiro governo militar pós-1964. Brás de Araújo chamou a atenção para o fato de que a nova política externa tinha por base o processo de produção e sua capacidade industrial do final dos anos 50 que justificavam a busca de novos mercados na África e outras regiões não tradicionalmente contempladas pela política externa do Brasil². Essas seriam as origens da reorientação da diplomacia brasileira e das redefinições do papel do Estado brasileiro nas relações internacionais no início da década de 60.

As bases da chamada Política Externa Independente estavam já postas no final da década de 50. Elas não visavam desafiar, em profundidade, o tradicional alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, na política de troca de concessões que vinha da Segunda Guerra Mundial. Ela procurava, entretanto, inserir novos conteúdos e opções que facilitassem uma busca de maior autonomia para o País no cenário internacional. Mas foi também o resultado de uma brecha que se abria no próprio contexto internacional, com a rediscussão da Guerra Fria, ante a emergência da África e da Ásia como novos atores nas relações internacionais independentes.

De qualquer forma, a política africana do Brasil é um legado da Política Externa Independente. Ela foi pessoalmente formulada por Jânio Quadros na sua memorável mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1961. Ele definiu a nova política exterior do Brasil como um instrumento contra o colonialismo e o racismo e sublinhou o apoio brasileiro à autodeterminação dos povos da África. Afirmou que o Brasil tinha aspirações comuns com a África e a Ásia, como o "desenvolvimento econômico, a defesa dos preços dos produtos primários, a industrialização e o desejo pela paz"³.

1 L. A. Moniz Bandeira, *Brasil—Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, pp. 94-95.

2 Ver a tese de doutorado de José Brás de Araújo, "Politique Extérieure et Contradictions du Capitalisme Dépendent: le Gouvernement Jânio Quadros au Brésil". Vincennes, Université de Vincennes, 1979.

3 Jânio Quadros, *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1961, pp. 91-101.

Era a primeira vez que um presidente brasileiro anunciava claramente tais objetivos na política externa brasileira. A nova política exterior era o resultado da busca de novas saídas para o crescimento econômico do País, mas também de uma resposta às mudanças no sistema internacional⁴. O mundo menos bipolar, mais diverso, e o esforço de desenvolvimento seriam os elementos contextuais que levaram o Brasil a formular uma política africana. Esses objetivos foram amplamente expostos por um dos arquitetos da própria Política Externa Independente, San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores no primeiro governo parlamentarista de João Goulart (de 11 de setembro de 1961 a 15 de julho de 1962)⁵.

Em um artigo publicado em setembro de 1961 na revista *Foreign Affairs*, Quadros proclamava o anticolonialismo como a principal diretriz da nova política exterior do Brasil para a África. Ele admitiu que, durante muitos anos, o Brasil tinha cometido erros através do apoio incondicional ao colonialismo europeu nas Nações Unidas. Segundo ele, tal apoio havia gerado uma natural e justificada desconfiança dos africanos em relação às posições internacionais do Brasil. O Presidente Quadros afirmou que envidaria todos os esforços para "mudar essa posição"⁶.

Demonstrou Quadros, de fato, todo o seu envolvimento pessoal na forja da política africana. "Le soleil des indépendences", que havia gerado dezessete novos Estados independentes na África em 1960 e que não causara nenhuma ação ou discurso do Presidente Kubitschek, era agora um dos temas preferidos do novo presidente. Ainda em março de 1961, Quadros afirmava que o esforço brasileiro na África, por mais intenso que fosse, era somente uma "modesta recompensa" pela imensa dívida que o Brasil tinha para com a África.

Segundo Quadros, "considerações morais" sozinhas já justificavam o *rapprochement* brasileiro com a África. Ele gostava de se referir à idéia de "identidade espiritual" do Brasil com a África. Ainda mais, ele insistia que uma África próspera e estável era uma condição essencial para a "segurança e o desenvolvimento do Brasil"⁷. Nascia a matriz do DISCURSO CULTURALISTA que marcaria toda a política africana do Brasil até os nossos dias.

4 Ver F. J. Marroni de Abreu, "L'Évolution de la Politique Africaine du Brésil." Mémoire DEA. Paris, Université Panthéon-Sorbonne (Paris I), 1988, pp. 15-16.

5 San Tiago Dantas, *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

6 Jânio Quadros, "Brazil's New Foreign Policy", *Foreign Affairs*, 40, October, 1961, p. 21.

7 Jânio Quadros, *Mensagem ao Congresso...*, op. cit., pp. 90-101.

2. *As ilusões engendradas pelo discurso culturalista sobre a África*

A projeção na África de uma imagem do Brasil que facilitasse os contatos comerciais, políticos e culturais foi um aspecto crucial na formulação da política africana do Brasil. O Presidente Quadros falou em "ponte", "identidade cultural" e insistiu que o Brasil era o produto histórico de duas heranças, uma ocidental e uma outra africana⁸.

A segunda identidade do Brasil com a África era condição suficiente para uma nova relação especial entre os dois lados do Atlântico Sul. Essas características imaginárias na aproximação brasileira à África nos governos de Jânio Quadros e João Goulart são, em certo sentido, definidoras para a compreensão das ações diplomáticas produzidas pelo Brasil naquele continente⁹.

A fórmula adotada pelo Presidente Quadros foi sistematicamente desenvolvida nas mensagens diplomáticas do Brasil na África. Ela enfatizava "familiaridade" e "história comum" entre os dois lados. Ironicamente, a presença dos retornados afro-brasileiros e seus descendentes na costa ocidental da África (que haviam sido expatriados do Brasil para a África como um fluxo contínuo desde as rebeliões urbanas na Bahia de 1835 até o início do presente século) foi utilizada como uma evidência da recíproca atração entre a África e o Brasil.

Referindo-se à sua visita à África antes da campanha presidencial de 1960, Quadros apresentava-se como alguém interessado na África. Só por isso sentia-se livre para declarar, na forma mais paternalista possível, que os novos "grandes Estados" da África deveriam encontrar na maturidade internacional do Brasil a coragem que lhes faltava para acelerar a inevitável emancipação¹⁰.

Em março de 1961, o Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos argumentava que não era o Brasil que estava à procura da África. Ao contrário, eram as "jovens nações" da África que procuravam o apoio do Brasil no período da descolonização.

Alguns primeiros funcionários dos governos africanos que visitaram o Brasil expressaram polida desconfiança desse discurso de solidariedade

8 Há uma profusão de tais expressões no artigo já referido de Jânio Quadros, "Brazil's New...", *op. cit.*

9 Para mais profunda explicitação acerca da importância dessas ações e ilusões como elementos propulsores da ação da diplomacia brasileira na África, ver José Flávio Sombra Saraiva, "Brazil's Foreign Policy Towards Africa, 1945-1985. Realpolitik and Discourse", PhD Thesis, Birmingham, The University of Birmingham, 1991, pp. 127-130.

10 O *Glóbo*, 31 de maio de 1960, p. 7.

cultural, como fez o Ministro nigeriano Joseph Medupe Johnson em junho de 1961¹¹. Mas houve claras vozes que endossaram a fórmula brasileira.

Um dos aspectos mais interessantes desse discurso culturalista construído pelos atores da política exterior do Brasil para a África era a construção acrítica do estereótipo da espontânea generosidade africana. Os formuladores da política africana, como fica claro nas falas de Quadros, Arinos e muitos outros, acreditavam em uma natural receptividade africana aos acenos brasileiros de solidariedade cultural e política.

O transparente esforço da diplomacia brasileira em construir uma imagem negra do Brasil a ser exportada para a África ficou evidente na nomeação do primeiro embaixador brasileiro para a África Negra. Na ausência de diplomatas negros na chancelaria brasileira, e ante a necessidade de dar consistência prática ao discurso, foi nomeado o jornalista negro Raymundo de Souza Dantas como embaixador brasileiro em Acra, Gana, em 1961, pelo próprio Jânio Quadros. Isso refletia uma série de juízos e atitudes que enriqueceram o discurso culturalista. Mas também serviu para que o presidente daquele país africano, Kwame Nkrumah, ironicamente comentasse que a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos¹².

No Brasil, a indicação de Souza Dantas para a embaixada em Gana foi considerada uma prova de despojamento e determinação do Presidente. Mas também foi objeto de severas críticas. O historiador José Honório Rodrigues acusou Quadros de "racismo às avessas"¹³. Ele não duvidou das qualidades de inteligência e cultura do novo embaixador, mas insistiu que Souza Dantas não tinha as qualidades requeridas para o posto de uma primeira embaixada brasileira na África. A condição de Souza Dantas como negro não era suficiente. Mas a decisão estava tomada e o discurso culturalista encontrava sua tradução nas primeiras ações da política africana do Brasil.

Uma outra dimensão dessa novidade na história diplomática do Brasil era a doméstica. A idéia do Brasil possuir uma "natural vocação africana" foi certamente uma construção inicialmente feita para o consumo africano. Entretanto, ela também teve relevância na tentativa de aproximação de Quadros às comunidades negras no Brasil. Se ele foi o primeiro e

11 *O Globo*, 18 de junho de 1961, p. 16.

12 Cf. Wayne Selcher, "Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy, 1956-1966". PhD Thesis. Gainesville, Florida University, 1970, p. 94.

13 J. H. Rodrigues, "O Racismo às Avessas do Presidente Jânio Quadros", *O Jornal*, 2 de março de 1961; *Apud* J. H. Rodrigues, *Brasil e África. Outro Horizonte*, São Paulo, Nova Fronteira, 1982, pp. 399-466.

único Presidente brasileiro que apontou um embaixador negro, Quadros também foi o primeiro a nomear um negro (Professor Milton Santos, da Universidade da Bahia) para servir na Casa Civil da Presidência da República. Mais ainda, o cargo foi considerado um dos mais importantes, no plano nacional, no período de Quadros no governo.

Ao mesmo tempo, talvez não seja uma coincidência que o Ministro das Relações Exteriores de Quadros, Afonso Arinos de Melo Franco, era um branco conhecido como o congressista que propôs a Lei 1.390, aprovada pelo Congresso Nacional em 3 de julho de 1951. Essa lei, que se tornou conhecida como a Lei Afonso Arinos, proibia atos de discriminação racial e estabelecia penalidades para infratores. Como ministro, Afonso Arinos sustentou que o Brasil tinha uma importante e positiva contribuição a oferecer às relações internacionais no que concerne aos temas raciais¹⁴.

Acordos culturais foram propostos pelo Presidente Quadros para o Senegal, Gana e Nigéria, e bolsas de estudo brasileiras foram oferecidas a estudantes africanos. O Brasil, através dessa política cultural, apresentava-se ao mundo africano como um exitoso exemplo de moderna civilização tropical. Pretendiam os formuladores da política exterior mostrar para a África que o Brasil havia sabido enfrentar o processo de industrialização e que poderia ajudar as nações africanas em seus próprios desafios de desenvolvimento e de transformação cultural.

Um grupo de intelectuais brasileiros descreveu o Brasil como um país ocidental "africanizado" que poderia mediar o Primeiro e o Terceiro Mundos. Um desses intelectuais, Eduardo Portella, que era também membro de agências governamentais responsáveis pela implementação de uma política cultural para a África, chegou a caracterizar o Brasil como "a maior nação africana fora da África"¹⁵.

Havia um considerável apoio para a nova política africana do Brasil dentro da comunidade acadêmica. Alguns respeitáveis intelectuais brasileiros se tornaram assessores do Itamaraty e dos Presidentes Quadros e Goulart. José Honório Rodrigues escreveu sobre a necessidade das novas relações com a África. Defendia que a população miscigenada do Brasil seria um catalisador para o esforço de solidariedade às nações africanas. Outros intelectuais como Maria Yedda Linhares e Manuel Maurício de Albuquerque, professores do Instituto Rio Branco, formavam as novas gerações de diplomatas na perspectiva do novo interesse brasileiro na África.

14 Afonso Arinos de Melo Franco, "O Brasil e a Questão de Angola na ONU", *Cadernos Brasileiros*, edição especial, 1962, p. 32.

15 Eduardo Portella, "O dilema cultural da África e a Questão de Angola na ONU", *Caderno Econômico*, 164, 1962, p. 58.

O mesmo diplomata que havia sido voz dissidente na época da política exterior de Kubitschek, embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, publicou um novo livro, *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*¹⁶, no qual argumentava em favor de virtudes brasileiras que favoreceriam uma ativa política externa do País na África. Primeiro, ele chamava atenção para a crise do colonialismo, que daria um papel decisivo às nações africanas no cenário internacional. Em segundo lugar, ele reiterou a opinião generalizada entre os diplomatas brasileiros de que o Brasil estava em uma excelente posição para liderar o bloco de nações afroasiáticas.

As ilusões do discurso culturalista se expressavam claramente nos escritos de Bezerra de Menezes. Ele já havia defendido a idéia falaciosa em seu livro anterior de que a “quase perfeita” igualdade racial existente no Brasil permitiria ao País ser o melhor mediador entre a África e os países ocidentais¹⁷.

Não resta dúvida que tais ilusões envolveram os intelectuais brasileiros no início da década de 60, e muitos até os nossos dias, mas também foram amplamente aceitas por diplomatas e políticos. José Honório Rodrigues, que escreveu o já referido clássico em 1961, defendia ardorosamente o Brasil transatlântico, uma nação “intercontinental”, e propunha uma política externa capaz de “seduzir as massas africanas”¹⁸.

Rodrigues era um respeitável *scholar* e seu trabalho certamente foi um marco intelectual na evolução das percepções brasileiras da África. Ele deve ser visto como o arquiteto de vários argumentos, do discurso culturalista que a diplomacia de Jânio Quadros e João Goulart envaideciam-se em utilizar.

Muitos líderes políticos e intelectuais brasileiros repentinamente descobriram que eles estavam destinados a influenciar os novos países africanos. Mas o segundo grande paradoxo ilusório era que o País continuava a viver uma séria falta de conhecimento da realidade africana da época, sem falar da história daquele continente, depois que os brasileiros romperam, gradualmente, o tráfico atlântico de escravos. O verdadeiro “silêncio” sobre os assuntos africanos, que a elite brasileira havia cultivado após o final da escravidão, persistia nas instituições de ensino superior e na educação em geral no Brasil.

16 Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

17 Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *O Brasil e o Mundo Asia-Africano*. Rio de Janeiro, GRD, 1960, p. 7.

18 Na primeira edição (RJ, Civilização Brasileira, 1961) do seu *Brasil e África...*, *op. cit.*, a citação referida aparece entre as páginas 341 e 346.

Quadros tentou modificar esta situação, na ânsia de dar mais consistência ao discurso de aproximação à África. Ele criou o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) em 1961, que só começou a funcionar efetivamente em março de 1962. Era um instituto que visava exatamente relacionar o Ministério das Relações Exteriores com a academia através do estudo e do acompanhamento político dos eventos na África e na Ásia. O Instituto também deveria levar adiante todos os planos na área cultural, incluindo intercâmbio de estudantes e especialistas.

O IBEAA foi amplamente criticado pelos oponentes da nova política africana do Brasil. Alegava-se que havia uma concentração muito grande de comunistas e intelectuais esquerdistas. O Instituto era claramente simpático aos novos governos africanos, ensaiava uma ativa política de solidariedade e cooperação e teve como diretor aquele que definia o Brasil como a maior nação africana fora da África; Eduardo Portella. Mas também lá estavam intelectuais como Cândido Mendes de Almeida e Maria Yedda Linhares. No fundo, o Instituto se tornou um *lobby* pró-África no interior do governo e um disseminador de informações favoráveis a uma ativa política exterior para o continente. Tudo isso sem falar que sua produção intelectual estava permeada por todos os esquemas do discurso culturalista. O Presidente Goulart tentou também criar um centro de estudos especialmente voltado para os assuntos africanos, o Centro de Estudos de Cultura Africana, mas não conseguiu dar a mesma relevância que o IBEAA teve.

Entretanto, certas evidências de que o interesse acadêmico na África vinha desde o final do governo Kubitschek pode ser comprovado com o surgimento em 1959 do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade da Bahia. Embora não tivesse ligação direta com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty, ele recebeu muito apoio da diplomacia brasileira nos governos da Política Externa Independente.

O fundador e primeiro diretor do CEAO foi o Professor Agostinho da Silva, um intelectual português que havia dado distância em relação à política colonial portuguesa na África e em relação ao regime de Salazar. O CEAO organizou cursos sobre a cultura africana para estudantes e profissionais, estabeleceu importantes contatos com intelectuais africanos, mandou professores estudarem e pesquisarem na África. Vivaldo da Costa Lima, Paulo F. de Moraes Farias, Waldir de Freitas Oliveira, Ieda Pessoa de Castro, entre outros, fizeram parte da primeira geração brasileira de africanistas que saíram do CEAO.

Mas o CEAO esteve também ativamente ligado à política cultural do Itamaraty na África. Ele participou dos primeiros programas de estudantes

africanos no Brasil, que vinham em particular da Nigéria, Gana, Senegal, Cabo Verde, Camarões e Guiné-Bissau para estudar em universidades brasileiras.

A chegada desses estudantes no final de 1962 produziu um grande interesse na cidade de Salvador, Bahia. A maior parte deles começou a realizar cursos regulares na Universidade da Bahia ou em outras universidades brasileiras¹⁹.

Mas a presença dos estudantes também mostrou as outras ilusões engendradas pelo discurso culturalista. Thales de Azevedo descreveu em seu livro *Democracia Racial* a clara manifestação de discriminação racial contra os primeiros estudantes africanos que chegaram à Bahia²⁰. Entre outros exemplos, houve o caso de um gerente de um clube social de Salvador que se recusou a aceitar a presença dos convidados africanos no clube durante uma festa natalina²¹. De acordo com Azevedo, alguns estudantes africanos começaram a recusar convites para festas pelo embaraço que isso lhes causava.

Mas as ilusões permaneceram. A diplomacia brasileira continuava a construir todas as imagens possíveis do Brasil como o país perfeito racialmente. Foram nomeados *attachés* culturais para Lagos (o escritor Antonio Olinto e, depois, o conhecido esportista Adhemar Ferreira da Silva) e para Acra (o antropólogo Vivaldo Costa Lima e, depois, o escritor Gasparino Damata). Inicialmente, particular atenção foi dada aos "retornados" afro-brasileiros e seus descendentes. O convite à Senhora Romana da Conceição (alforriada que havia deixado o Recife para Lagos no ano de 1900) para visitar o Brasil em 1963 foi um exemplo disso²². Ela era apresentada como um exemplo da "história comum" que unia o Brasil à África.

Mas a relevância da contribuição africana à cultura brasileira, através da chamada "história comum", só era conhecida pelo público através dos aspectos particulares da vida brasileira que haviam "chegado" da África: nomes, culinária, música, costumes. A visita da Sra. Romana é um bom exemplo da falácia do discurso culturalista. As condições

19 Ver a descrição da chegada e dos programas desses estudantes africanos na publicação do CEAQ, *Afro-Ásia*, 1, dezembro, 1965.

20 Thales de Azevedo, *Democracia Racial. Ideologia e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975, pp. 41-42.

21 Idem, p. 42.

22 Ver o livro de um dos *attachés* culturais do Brasil na Nigéria, Antonio Olinto, *Brasileiros na África*, Rio de Janeiro, GRD, 1964. Ver também a cobertura da visita da Sra. Romana da Conceição na imprensa: "Brasileira vem rever a pátria 63 anos depois", *O Globo*, 11 de maio de 1963.

históricas da escravidão e suas seqüelas para a formação social do Brasil e a violência racial eram tratadas como um mundo à parte da cultura dominante e do universo da política "maior"²³.

Como Florestan Fernandes bem sublinhou, a idéia de que os padrões de relações entre brancos e negros no Brasil era exemplar é um dos grandes mitos da história brasileira deste século, o mito da "democracia racial"²⁴. A suposta democracia racial era a matriz intelectual do discurso culturalista brasileiro para a África. As ilusões do discurso passaram a ser as mesmas da sua matriz.

3. *Usos, sentidos e críticas. A desconstrução do discurso culturalista na política exterior do Brasil para a África, de 1964 aos nossos dias*

Diferentes usos foram atribuídos a essa mesma matriz do discurso culturalista na política externa brasileira para a África através das décadas de 60, 70, 80 e início dos anos 90²⁵. Mas há uma linha condutora única, e estrutura similar no discurso, que permite relacionar as falas de Afonso Arinos e Jânio Quadros no início da década de 60, aos argumentos do Chanceler Saraiva Guerreiro no final da década de 70 e início da de 80, até as palavras do Presidente Collor de Mello em sua visita a quatro países na África Austral em setembro de 1991. Todas essas falas bebem das ilusões construídas pelo discurso culturalista.

Analise-se, em primeiro lugar, os diferentes usos e sentidos. No primeiro governo militar pós-1964, em função dos realinhamentos políticos que se fizeram em favor do centro hegemônico localizado no Norte, houve um retrocesso em relação à política africana ensaiada pelo Brasil no período da Política Externa Independente. Mas isso não significou o fim do discurso culturalista para a África. Ele só adquiriu sentido diverso.

Se não havia uma política consistente em direção à África como um todo, o regime militar tentou criar relações especiais na região austral daquele continente. O pólo de atração foi transferido da África Negra em favor de um diálogo separado com a África do Sul e com os interesses portugueses na região. Mas o Presidente Castello Branco não se

23 José Luiz dos Santos, *O Que é Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 33-34.

24 Florestan Fernandes, *The Negro in Brazilian Society*. New York, Columbia University Press, 1967, p. 137.

25 Ver a construção detalhada de cada um desses usos, sentidos e críticas na tese doutoral defendida por este conferencista na Inglaterra em 1991: José Flávio S. Saraiva, "Brazil's Foreign Policy...", *op. cit.* Ver também artigo de José Flávio S. Saraiva, "Brasil deve reavaliar conexão africana", *Correio Braziliense*, (*Correio Internacional*), 4 de novembro de 1991, p. 4.

afastou da matriz culturalista ao afirmar que Portugal saberia resolver seus problemas na África dentro das “tradições históricas” que haviam sido transpostas para o Brasil e para a África. Segundo ele, tais tradições haviam ajudado à formação da nacionalidade brasileira até formar uma sociedade de tipo multirracial²⁶. Como consequência, o Brasil teria confiança plena na “missão civilizatória” de Portugal na África.

Esse era um outro sentido do discurso culturalista do Brasil para a África, que terminou prevalecendo até meados da década de 70. A possível aliança Brasília-Lisboa-Pretória, baseada no conceito de “segurança e desenvolvimento”, seria a base material do novo sentido do discurso. O General Golbery do Couto e Silva e o Embaixador Meira Penna sugeriram que as assim chamadas “províncias do ultramar” seriam excelentes bases de operação do Brasil na região.

Mas isso deveria ser feito com uma construção imaginária eficaz: a de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira. Ela teria uma população de mais de 120 milhões de habitantes e uma área maior que a da própria China comunista. Além disso, ela significaria a união de quatro continentes além de um incremento real no poder do Brasil²⁷. O discurso culturalista se traduzia, assim, na busca mediadora do Brasil entre Portugal e a África e na construção gradual de um mundo “democrático” racialmente.

A construção apontada explica as visitas do chanceler português Alberto Franco Nogueira ao Brasil em junho de 1965 e setembro de 1966. Na ocasião, foram assinados uma série de acordos que expandiam o famoso tratado de 1953 entre o Brasil e Portugal, onde aparecia a equação germinal de uma comunidade luso-brasileira. Agora, ela teria que ser Luso-Afro-Brasileira.

Mas as novas traduções da matriz culturalista não ficaram sem críticas. Intelectuais e jornalistas que haviam ajudado na formulação de um discurso culturalista abrangente para a África, sem as restrições do jugo colonial, manifestaram-se contra a interpretação castellista. Amílcar Alencastre, no *Correio da Manhã*, deu permanentes provas de uma inquietação generalizada dos “perdedores” de 1964 com a política pró-Portugal do Brasil²⁸.

²⁶ Cf. James Brewer, “Brazil and Africa”, *Africa Report*, 5, maio de 1965, p. 28; e Ministério das Relações Exteriores, *Textos e Declarações de Política Externa*, 1965, p. 35.

²⁷ J. O. de Meira Penna, *Política Exterior: Segurança e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Agir, 1967, p. 149.

²⁸ Ver artigos de Amílcar Alencastre em sua coluna no *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1965. Ver também James Brewer, *op. cit.*, p. 27.

Um segundo momento de revisão do discurso culturalista ocorreu em meados da década de 70, quando do reinício da inflexão da política exterior do Brasil para a África. Naquele momento, o continente africano apresentou uma renovada importância para as redefinições do Brasil no contexto internacional. Foi quando a África apareceu como um espaço no qual o Brasil poderia alcançar grande influência política e intercâmbios comerciais favoráveis.

O discurso diplomático para a África, na segunda metade da década de 70 e início da de 80, ainda tomou emprestado padrões do discurso geopolítico, mas evitou a discussão da "penetração comunista" na África, que havia sido a tônica da interpretação castellista. Como o próprio Presidente Médici afirmou, o Brasil passava a prestar novamente atenção aos fáceis caminhos que o Oceano Atlântico proporcionava ao encontro do Brasil com a África²⁹.

Ora, atrás do petróleo e do intercâmbio pragmático com a África o Brasil novamente se projetava como um poder industrial tropical e miscigenado racialmente. Novamente, as relações históricas com a África passam a ser elementos recorrentes no discurso brasileiro de aproximação ao continente.

A partir da antológica visita do Ministro das Relações Exteriores Gibson Barbosa a oito países na África Negra, em 1972, e de uma inclinação cada vez maior do Brasil em favor das independências dos países de expressão portuguesa, o discurso culturalista (em uma versão que se aproximava muito da fase da "Política Externa Independente") tomou forma mais elaborada no seio da diplomacia brasileira. O fator da "afinidade" cultural e a presença de considerável número de descendentes de africanos no Brasil forneceram, mais uma vez, as bases para o discurso culturalista.

O potencial para uma mútua e benéfica relação de aproximação não só comercial e política, mas também cultural, foi reconhecido até por parte da intelectualidade africana. Uma estudiosa nigeriana das relações do Brasil com a África, Prof.^a Joy Ogwu, ilustrou muito bem, certa vez, a ressonância do discurso culturalista brasileiro:

"This potential was recognised over two decades ago by Nigeria's labour Minister, Chief J. M. Johnson, at an exhibition of Brazilian painting in Lagos. He observed that since Brazil

29 Presidente Médici, *apud*. Olga Nazario, "Pragmatism in Brazilian Foreign Policy: the Geisel Years, 1974-1979". PhD Thesis, Florida, University of Miami, 1983, p. 62.

had the second largest Negro population in the world it had the right to belong to the Organization of African Unity”³⁰.

Mas esse discurso de “fraternidade étnica e cultural” continuava a disfarçar certas realidades político-culturais no Brasil³¹. Anani Dzidzienyo acusou o Itamaraty em 1973 de ser “lilywhite”³². A imprensa nigeriana também devotou considerável cobertura ao intelectual e ativista brasileiro Abdias do Nascimento durante o Segundo Festival Negro e Africano de Arte e Cultura (FESTAC), acontecido em Lagos e Kaduna, na Nigéria, em janeiro de 1977³³.

Abdias do Nascimento criticou duramente o discurso culturalista, do Itamaraty em seu artigo “Black Man’s Burden in Brazil”, publicado pelo *The Daily Sketch*, de Ibadan, de 28 de janeiro de 1977. Apesar dessas manifestações, o Itamaraty continuou promovendo a imagem das relações raciais do Brasil como modelar, tendo feito um considerável trabalho de relações públicas que chegava a confundir os interlocutores africanos da diplomacia brasileira.

Em 1982, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o diplomata de carreira Saraiva Guerreiro, ao falar para a Câmara de Comércio Brasil-África, em São Paulo, e elogiando os quase quatro bilhões de dólares do comércio do Brasil com a África em 1982, reafirmou os “objetivos” da aproximação brasileira para a África. Disse o chanceler que a África não era só uma economia complementar à brasileira, onde o fluxo comercial era a única expressão que interessava na relação. Apesar de todo o chamado pragmatismo da política exterior do Brasil, Saraiva Guerreiro afirmava:

“A África não é estranha ao Brasil, e não é só um mercado, mas uma das principais fontes da nossa formação”³⁴.

30 Joy Ogwu, “Nigeria and Brazil: A Model for the Emerging South-South Relations?” in Jerker Carlsson (ed.), *South-South Relations in A Changing World Order*. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1982, p. 105.

31 Ver Anani Dzidzienyo e J. Michael Turner, “African-Brazilian Relations: A Reconsideration” in Wayne Sekher (ed.), *Brazil’s Multilateral Relations. Between First and Third Worlds*. Boulder, Westview, 1978, pp. 208-210.

32 Anani Dzidzienyo, “The World of Afro-Brazilians”, *West Africa*, 2 de março de 1973, p. 301. Ver também Anani Dzidzienyo, “A África vista do Brasil”, *Afro-Asia*, 10-11, 1970, pp. 79-97.

33 Abdias do Nascimento, *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, pp. 14-15; Anani Dzidzienyo e J. Michael Turner, *op. cit.*, p. 208.

34 Ministério das Relações Exteriores, “Saraiva Guerreiro faz conferência na Câmara de Comércio Afro-Brasileira”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 321, jan./fev./mar. 1982, pp. 50-53.

Esses padrões de discurso nunca apareceram para as relações do Brasil com a América Latina, Estados Unidos e Europa. Talvez só tenha aparecido nas relações com Portugal, por razões também bastante compreensíveis. Assim, a diplomacia brasileira da década de 80 repetia as fórmulas consagradas por Jânio Quadros, no contexto da inauguração da política africana do Brasil, no início da década de 60.

Ainda mais, se na década de 80 a política africana do Brasil era considerada por alguns setores mais conservadores da política no país como um "vago projeto"³⁵, ela era, por outro lado, criticada pelo seu caráter "mercantilista" e crescentemente "racista" por setores intelectuais e políticos, tanto na África quanto no Brasil. Assim, o próprio discurso culturalista recebeu críticas severas.

Em especial, vale acompanhar a desconstrução do discurso culturalista da política externa do Brasil feita pelos intelectuais africanos e movimentos afro-brasileiros que emergem no final da década de 70 e se expandem vigorosamente nas décadas de 80 e início desta. No primeiro caso, a presença crescente de diplomatas, empresários e estudantes africanos no Brasil levou a que eles constatassem, *in loco*, a falácia da chamada "democracia racial", que havia sido mercantilizada pela diplomacia brasileira na África. Mais significativo testemunho não poderia ser dado que aquele feito pelo jornalista CLEM BAIYE, de um dos mais importantes diários nigerianos, o *New Nigerian*, em 19 de agosto de 1980, depois de participar como convidado no Diálogo Brasil-Nigéria, que reuniu as diplomacias de ambos os países na Universidade de São Paulo naquele ano:

"It was becoming more and more difficult for the representatives of the Establishment to hide the facts of the political situation in Brazil. Some of the blacks who were present said they had never heard about the Centre for Afro-Asiatic Studies. One said the negro was usually presented as somebody who could do no more than dance. Another advised his fellow blacks not to raise the issue of racial difference in the presence of visitors. On our part we replied that we were not embarrassed because even in our own society we had problems. We were happy that such issues were being raised as that would enable us to report back home the reality of Brazil"³⁶.

35 Roberto Campos, "A retórica e a verdade do Itamaraty", *O Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 1983; "A propósito de nossa política terceiromundista", *O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 1980.

36 Nigerian Institute of International Affairs, *Nigerian-Brazilian Dialogue on Foreign Policy — a report of a Nigerian-Brazilian Dialogue*. Lagos, NIIA Press, 1982, p. 50.

No segundo caso, a inclusão dos temas raciais na agenda política brasileira desde o final da década de 70 até os dias de hoje levou a uma discussão das relações do Brasil com a África. Como lembrou a atriz de televisão e ativista do movimento negro no Brasil Léa Garcia, os movimentos de libertação dos povos africanos, em especial no caso da independência de Angola e Moçambique em 1975, tiveram uma importante influência nos movimentos negros brasileiros³⁷.

Há uma gama variada de movimentos negros que nasceram na última década, com diferentes níveis de crítica ao discurso culturalista da política externa brasileira para a África. A Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, através de jornais como o *Raça e Classe*, manifestou expresso repúdio às ambigüidades do discurso culturalista brasileiro na África, sem poupar críticas ao Itamaraty³⁸. O Movimento Negro Unificado (MNU) e a Pastoral do Negro da Igreja Católica foram menos críticos acerca do discurso sobre o negro brasileiro construído pela diplomacia brasileira na África³⁹.

De qualquer forma, é claro que, desde a década de 80, os movimentos negros brasileiros se tornaram um fator de desconstrução do discurso culturalista. Mas a voz de tais movimentos, ao contrário dos Estados Unidos, foi sempre considerada um fator secundário e raramente foi levada em conta pelos formuladores da política externa do Brasil para a África⁴⁰.

Uma forte evidência dessa indiferença por parte dos formuladores da política africana do Brasil foi apresentada pela revista *Afrodíaspóra — Revista Quadrimestral do Mundo Negro*, que discutiu um suposto "veto" do Itamaraty à organização no Brasil do Terceiro Congresso Americano de Cultura Negra, que seria realizado em 1982⁴¹. Em uma estrondosa denúncia, com ressonância nacional, vários grupos organizados de afro-brasileiros criticaram os "critérios racistas" que o Governo brasileiro utilizava para definir sua política cultural e educacional.

A origem do "veto" teria sido a recusa do Itamaraty em tramitar junto à UNESCO todos papéis relativos ao Congresso, como tinha ocorrido nos anteriores pelas chancelarias que abrigaram o Primeiro e o Segundo Congressos.

37 Léa Garcia, "O preconceito no cotidiano", *Cadernos do Terceiro Mundo*, 41, janeiro de 1982, p. 33.

38 Ver "Namíbia... Livre!", *Raça e Classe*, 3 (I), out./nov., 1987, p. 8.

39 "A organização da população negra e alienação. Movimento Negro Unificado — MNU", *Afrodíaspóra*, 3, outubro de 1983 — janeiro de 1984, pp. 50-62.

40 José Flávio Sombra Saraiva, "A Política Brasileira para a África", *Humanidades*, 13, 1987, pp. 84-91.

41 "Racismo do Itamaraty veta o III Congresso de Cultura Negra das Américas", *Afrodíaspóra*, 1 (I), jan./abr. de 1983, documento número dois, pp. 71-79.

O assunto mereceu a apreciação do Congresso Nacional brasileiro e mobilizou congressistas como Raimundo Diniz, Franco Montoro, Alceu Collares, José Frejat e Paes de Andrade. O clima de indignação com a diplomacia brasileira foi bem traduzido pelo Deputado Paes de Andrade quando se referia ao silêncio do Itamaraty em responder sobre a tramitação do III Congresso, o que tornava muito estranha a política brasileira de reforçar as relações do Brasil com os países africanos⁴². A ponte da política externa do Brasil para a África com a realidade política do negro no Brasil ficara estabelecida pelo próprio Congresso Nacional. As falácias do discurso culturalista ficavam ainda mais evidentes.

Mas a melhor explicitação da falácia foi feita por um outro Deputado, José Frejat, em 26 de junho de 1981, quando comentou o silêncio do Itamaraty sobre a petição de informação sobre o andamento da tramitação do pedido de recursos para o III Congresso:

“A decisão do Itamaraty desmorona a imagem que o Brasil estava construindo junto aos países africanos”⁴³.

4. Conclusão. Uma avaliação do discurso culturalista

Para concluir, é importante sublinhar algumas questões que servem para melhor compreender o papel do discurso culturalista na aproximação brasileira à África desde o início da década de 60. Em primeiro lugar, aparentemente dois discursos acerca da chamada “natural” solidariedade estiveram disponíveis no *rapprochement* com aquele continente. Um enfatizava as afinidades históricas com os povos negros na África, em especial os de língua portuguesa. O outro privilegiava as relações históricas com a África via Portugal, dentro de uma perspectiva ainda colonialista, através de uma suposta Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

Após a independência da chamada África Portuguesa, os dois discursos anteriores convergiram através da exploração de novas possibilidades do Brasil na África. Entretanto, entre 1961 e 1974-1975 (com a Revolução dos Cravos e o reconhecimento brasileiro do governo revolucionário do MPLA em Angola), esses dois discursos implicavam diferentes alternativas. Uma das fundamentais conseqüências da política africana no início da década de 60 foi, através do primeiro sentido do discurso culturalista de Quadros, o enfraquecimento do discurso lusófilo, que já vinha de antes.

Em segundo lugar, deve ser dito que não há nada de “natural” em nenhum dos dois discursos. A cultura hegemônica do Brasil há muito tempo já havia adotado definições de si mesma que implicavam relegar a heran-

42 Congresso Nacional, *Diário do Congresso Nacional*, Câmara dos Deputados, Sessão de 29 de maio de 1981, pp. 4.668-4.670.

43 “Racismo no Itamaraty veta...”, *op. cit.*, p. 76.

ça africana a um lugar menor. As elites intelectuais e políticas brasileiras, em especial as diplomáticas, tinham favorecido modelos ocidentais ao longo do século XX, que pouco tinham a ver com a África ou mesmo com Portugal. Este, desde a independência brasileira no início do século XIX, tinha consistentemente bloqueado o estabelecimento de relações diretas mais profundas do Brasil com a África. Nesse sentido, Portugal era mais um rival que um potencial canal da influência cultural brasileira na África.

Em terceiro lugar, nenhuma das duas vertentes do discurso culturalista fora uma invenção *ad hoc*. Tradicionalmente, elas haviam ajudado o Brasil, e em especial à sua política externa, a manter uma certa autopercepção como um país diferente na América do Sul e distinto culturalmente dos seus vizinhos. A África era, por outro lado, um espaço "natural" para a influência brasileira através da emissão de sinalizações de um discurso culturalista que só o Brasil poderia fazer na América do Sul.

Em quarto lugar, é desnecessário lembrar que interesses econômicos e políticos estiveram no centro da aproximação brasileira da África ao longo das décadas aqui discutidas. Nesse sentido, o estudo da política externa do Brasil para a África não pode ficar restrito a uma mera comparação de discursos. As mudanças mais expressivas de um discurso para o outro se fizeram dentro de alterações de interesses materiais muito claros.

De qualquer forma, a natureza do discurso culturalista engendrou ilusões. E tais ilusões facilitaram decisões políticas que tiveram conseqüências reais para a África e para o Brasil. No berço da política africana do Brasil, as ilusões paternalistas de uma natural solidariedade Brasil-África, que a história dava, preparou espaços mentais novos para uma ação política e comercial em direção ao continente africano. No interior do Governo brasileiro houve resistência a esta solidariedade, já que havia outras, mais ocidentais, que deveriam ser sublinhadas.

Havia também uma crescente expectativa, produto da ignorância da história recente africana, que, ao menor aceno da diplomacia brasileira, os governos africanos buscariam o abrigo do "irmão" do outro lado do Atlântico Sul. Em outras palavras, a África Negra independente aparecia, aos olhos dos formuladores da política africana do Brasil, como uma arena favorável na qual o Brasil poderia estabelecer sua estratégia de se tornar cada vez mais autônomo no cenário internacional. A África oferecia um bom espaço de manobra, sem o abandono das áreas tradicionais de interesse da diplomacia brasileira.

Mas o discurso tinha limites. As desilusões provocadas pela crítica dos movimentos negros brasileiros, quase nunca considerados na estratégia africana do Brasil, e da própria intelectualidade africana, tem trazido um certo grau de revisão do discurso culturalista. Em 1992 seria muito estranho ouvir um diplomata brasileiro falando, como Afonso Arinos havia declarado em 1961, que o Brasil não busca a África, mas que a África busca o Brasil.